**ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**6.ª LEGISLATURA**

Aceguá, 12 de abril de 2021

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas e quinze minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, em atendimento ao Art. 20, do Regimento Interno, o 1.º Secretário, Vereador Alex Castillo de Los Santos-PSD, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando ao 2.º Secretário, Vereador Renato Souza da Silva-MDB, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes, pelo PP: Dalmiro Almeida; pelo PTB: Jair Ardenchy pelo PSDB: Emerson Vidal Ferreira e Jacqueline Ferreira. A seguir, solicitou a leitura da Ata da reunião anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos n.ºs 0313, 0323, 0326, 0327, 0329 e 0330/2021. Em continuidade, inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, fez seu pronunciamento o Vereador Emerson Vidal Ferreira. Posteriormente, o Presidente em exercício, passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Dalmiro Almeida, Renato Souza da Silva, Jair Ardenchy e Jacqueline Ferreira. Na sequência, solicitou ao 2.º Secretário, Vereador Renato Souza da Silva, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0312, 0314 e 0324/2021 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira; 0315 a 0321/2021 - Do Vereador Pedro de Blanco. Em continuidade, solicitou a leitura do expediente que BAIXOU para as COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO, sendo: PL n.º 014/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 1.078/2012”; PL n.º 015/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria o Conselho Municipal de acompanhamento e de controle social do Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB de que trata a Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências”; PL n.º 016/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera o anexo II da Lei Municipal n.º 108/2002, alterada pela Municipal n.º 1.405/15”; PL n.º 017/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$424.052,21”. Ato contínuo, solicitou a LEITURA DE PARECERES, sobre os seguintes: PL n.º 005/2021 – Do Vereador ALEX CASTILLO DE LOS SANTOS – “Dispõe sobre a isenção do imposto de transmissão de bens imóveis – ITBI – referente à regularização de propriedades oriundas de projetos de reforma agrária ou de qualquer projeto fundiário no município de Aceguá”. Parecer: Voto do Relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantêm o voto dos relatores; PL n.º 008/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 1.485/2016”. Parecer: Voto do Relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantêm o voto dos relatores; PL n.º 009/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial de agente comunitário de saúde”. Parecer: Voto do Relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantêm o voto dos relatores; PL n.º 011/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$100.000,00”. Parecer: Voto do Relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantêm o voto dos relatores; PL n.º 012/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$536.500,00”. Parecer: Voto do Relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantêm o voto dos relatores; PR n.º 001/2021 – Da MESA DIRETORA – “Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Aceguá, Rio Grande do Sul ”. Parecer: Voto do Relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantêm o voto dos relatores. Na sequência, solicitou a leitura dos PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo: EM PRIMEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 002/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Institui o Programa de recuperação fiscal do município de Aceguá – REFISA 2021”; PL n.º 006/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza manutenção de contrato emergencial”. Na oportunidade, a Vereadora Jacqueline Ferreira solicitou vistas ao mencionado projeto; PL n.º 007/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza a aquisição de vacinas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19”. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)